

CAPACITAÇÃO



54° Circuito
TÉCNICO
ON-LINE

IFRS 18/CPC 51

Principais alterações na apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis

Prof. Bruno Meirelles Salotti (brunofea@usp.br)

Prof. Patrick Matos (patrick.matos@fipecafi.edu.br)

CONTEÚDO DA APRESENTAÇÃO

- Desenvolvimento e Visão Geral da IFRS 18 e do CPC 51
- Conjunto Completo das DCs
- Principais Alterações da DR
- Adições às Notas Explicativas (em especial, MPMs)
- Pequenas Mudanças no BP e na DFC
- Custos e Benefícios da Adoção da IFRS 18 / CPC 51
- Considerações Finais
- Referências

CERNE DO PROBLEMA: A DR

DR DA AMBEV (2024)

DR DA HEINEKEN (2024)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidated Income Statement

For the year ended 31 December

In millions of €	Note	2024	2023
Revenue	6.1	35,955	36,375
Excise tax expense	6.1	(6,134)	(6,013)
Net revenue	6.1	29,821	30,362
Other income	6.2	80	393
Raw materials, consumables and services	6.3	(19,313)	(20,077)
Personnel expenses	6.4	(4,466)	(4,353)
Amortisation, depreciation and impairments	6.6	(2,605)	(3,096)
Total other expenses		(26,384)	(27,526)
Operating profit		3,517	3,229
Interest income	11.1	110	90
Interest expenses	11.1	(680)	(640)
Other net finance income/(expenses)	11.1	(235)	(375)
Net finance expenses		(805)	(925)
Share of profit/(loss) of associates and joint ventures	10.3	(705)	218
Profit before income tax		2,007	2,522
Income tax expense	12.1	(846)	(121)
Profit		1,161	2,401
Attributable to:			
Shareholders of the Company (net profit)		978	2,304
Non-controlling interests		183	97
Profit		1,161	2,401

Consolidado

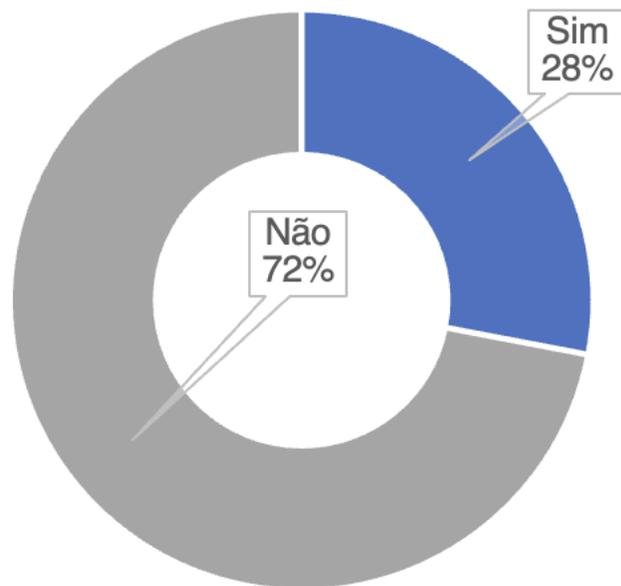
	Nota	2024	2023
Receita líquida	21	89.452,7	79.736,9
Custo dos produtos vendidos		(43.615,1)	(39.291,6)
Lucro bruto		45.837,6	40.445,3
Despesas logísticas		(11.557,1)	(10.750,6)
Despesas comerciais		(8.634,2)	(7.412,5)
Despesas administrativas		(6.201,1)	(5.273,7)
Outras receitas/(despesas) operacionais	22	2.457,3	2.028,9
Itens não usuais	24	(100,8)	(206,4)
Lucro operacional		21.801,7	18.831,0
Receitas financeiras	25	2.605,3	2.494,2
Despesas financeiras	25	(4.510,8)	(5.126,1)
Outros resultados financeiros, líquidos	25	(412,8)	(977,9)
Resultado financeiro, líquido ⁽¹⁾		(2.318,3)	(3.609,8)
Participação nos resultados de coligadas e empreendimentos controlados em conjunto		3,9	(185,3)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		19.487,3	15.035,9
Imposto de renda e contribuição social	9.2	(4.640,4)	(75,5)
Lucro líquido do exercício		14.846,9	14.960,4

Prof. Bruno Meirelles Salotti (brunofea@usp.br)

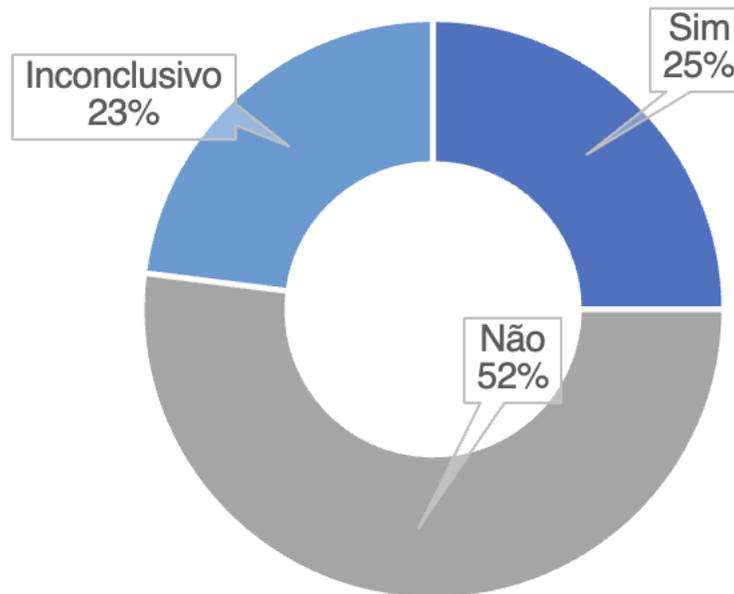
Prof. Patrick Matos (patrick.matos@fipecafi.edu.br)

APRESENTAÇÃO DO LUCRO OPERACIONAL*

Para as entidades na amostra, ganhos e perdas de coligadas e empreendimento controlado em conjunto está incluído no lucro operacional?



Para as entidades na amostra, despesas de juros em passivos de benefícios definidos estão incluído no lucro operacional?



- Pesquisa realizada pelo staff do IASB, em uma amostra de 100 entidades em diferentes jurisdições: Destas, 63 entidades reportam lucro operacional nas demonstrações financeiras, mas usando ao menos **nove** diferentes definições.

* **Fonte:** <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/project/primary-financial-statements/exposure-draft/snapshot-ed-general-presentation-disclosures.pdf>

CERNE DO PROBLEMA: Relevância

- DCs: Estruturas complexas, longas e em muitos casos tratados como “checklists de compliance”.
- Preferência dada pelos investidores a documentos mais concisos e cuidadosamente escritos em sua perspectiva (MD&As, releases...)

“Também estamos preocupados com o uso extensivo e contínuo de medidas de desempenho não IFRS em muitas jurisdições. Acreditamos que isso seja um sintoma de problemas com os requisitos de apresentação das demonstrações financeiras anuais.”

KPMG (Agenda Consultation de 2011)

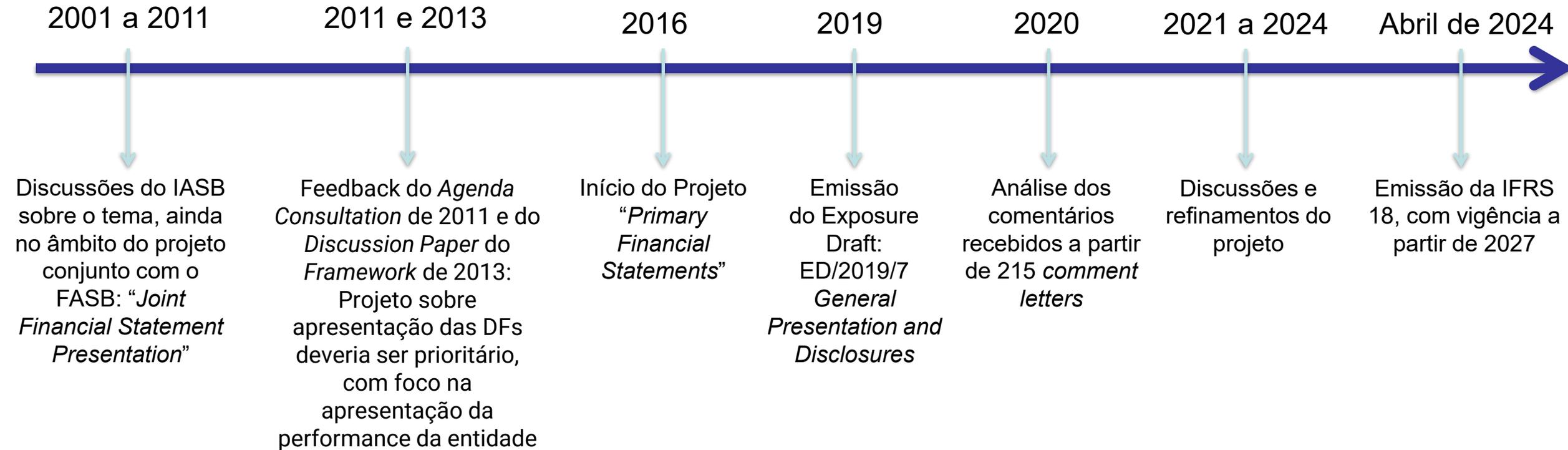
https://ifrs-springapps-comment-letter-api-1.azuremicroservices.io/v2/download-file?path=90_7524_MaryTokarKPMG_0_CL238KPMG.pdf

“A proliferação de medidas alternativas não GAAP deve ser vista como um claro sinal de alerta ao Conselho de que suas orientações não são adequadas ao propósito de construir uma ferramenta de comunicação. E, se a comunicação não for o objetivo principal dos relatórios financeiros, o valor e o uso das demonstrações financeiras serão limitados.”

Confederation of British Industries (Agenda Consultation de 2011)

https://ifrs-springapps-comment-letter-api-1.azuremicroservices.io/v2/download-file?path=90_7524_MaryTokarKPMG_0_CL238KPMG.pdf

DESENVOLVIMENTO DA IFRS 18*



Total de 26 anos entre o início das discussões e a adoção efetiva!

* **Fonte:** <https://www.ifrs.org/projects/completed-projects/2024/primary-financial-statements/>

Prof. Bruno Meirelles Salotti (brunofea@usp.br)

Prof. Patrick Matos (patrick.matos@fipecafi.edu.br)

A IFRS 18 !

- A norma  IFRS[®]
Accounting
- Basis for  IFRS[®]
- Illustrativ  IFRS[®]
IFRS[®] 18
IFRS[®] Accou
- Project S  IFRS[®]
Pres
- Effect Analysis  IFRS[®]
Accounting
- Feedback State  IFRS[®]
A
- Reference Mat  IFRS[®]
Accounting
- Quase 600 p

s)

VISÃO GERAL DA IFRS 18

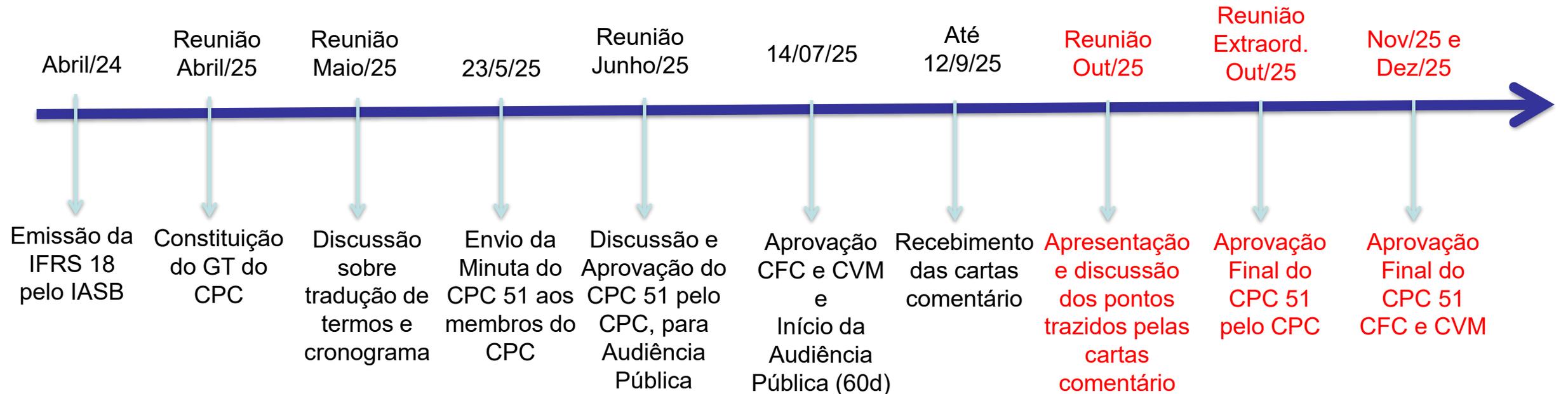
- IFRS 18 substitui a IAS 1
 - E o CPC 51 substitui o CPC 26 R1 no Brasil
- Adoção obrigatória a partir de 2027
- Principais mudanças na DR:
 - Categorias de receitas e despesas (itens 47 a 68)
 - Novos subtotais (itens 69 a 74)
- Mudanças nas Notas Explicativas:
 - Medidas de desempenho definidas pela administração (itens 117 a 125)

VISÃO GERAL DO CPC 51 (em audiência pública)

- CPC 51 será a “versão brasileira” da IFRS 18, com “adaptações” da IFRS 18 ao contexto brasileiro, sendo as principais:
 - Adição do item 10 (h) (inclusão da DVA, se exigido legalmente);
 - Adição do item 12A (para chamar atenção ao fato de que a legislação societária requer que a DR seja apresentada como uma demonstração separada)
 - Adição do item 29A (para chamar atenção ao fato de que a legislação societária requer que o exercício social tenha duração de 12 meses);
 - Nome do Balanço Patrimonial (na IFRS 18, o nome é “*Statement of Financial Position*”);
 - Ordem de apresentação das contas do BP (item 103);
 - Adição do item 109A (PL deve apresentar capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros etc etc etc).
- CPC 51 não contém o Anexo D da IFRS 18 (ajustes nas demais normas)

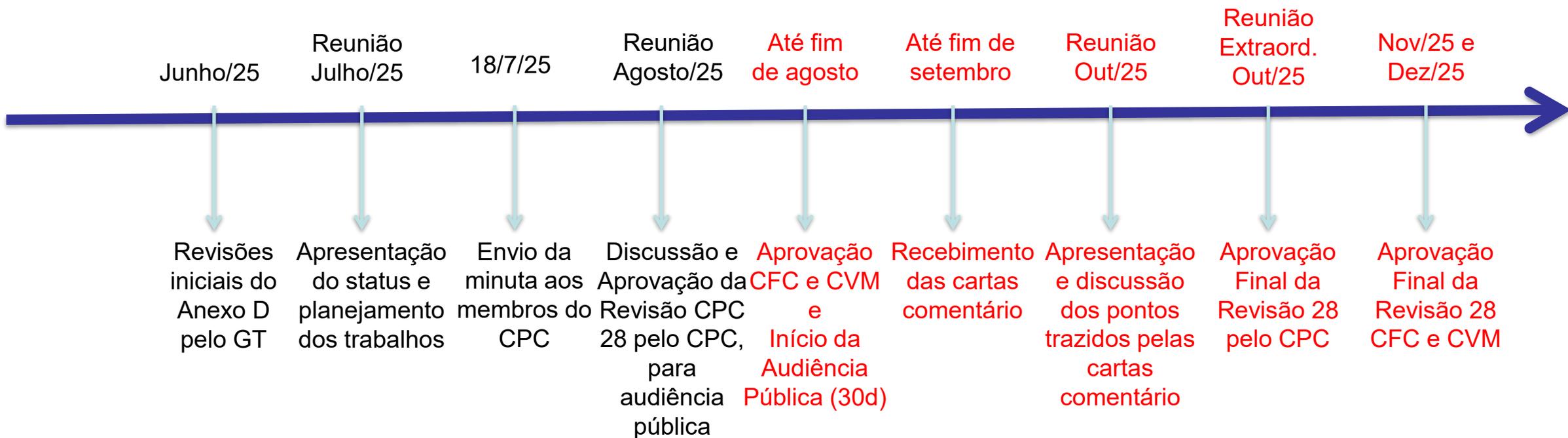
CRONOGRAMA DO CPC 51

Meta: Aprovação do CPC 51 ainda em 2025



CRONOGRAMA DO ANEXO D DA IFRS 18 (Revisão CPC N. 28/2025)

Meta: Aprovação da Revisão 28/2025 ainda em 2025



TERMINOLOGIAS ADOTADAS PELO CPC 51

Original	Tradução CPC 51
Income taxes	Tributos sobre o lucro
Deferred tax assets and liabilities	Ativos (e passivos) fiscais diferidos
Main business activity	Atividade de negócio principal
Specified main business activities	Atividade de negócio principal especificada
Statement of financial position	Balanço Patrimonial
Statement of profit or loss	Demonstração do resultado
Statement presenting comprehensive income	Demonstração do resultado abrangente
Statement (or statements) of financial performance	Demonstração(ões) de desempenho financeiro
IFRS Accounting Standards	Pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC
Financial Statements	Demonstrações contábeis
Primary financial statements	Demonstrações contábeis primárias
Operating profit or loss	Lucro ou prejuízo operacional
Profit or loss	Lucro ou prejuízo líquido
Goodwill	Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)
Subsidiary	Controlada
Revaluation surplus	Reserva de reavaliação
End of reporting period	Data do balanço

ASPECTOS REGULATÓRIOS NO BRASIL

- IFRS 18 é aplicável para quem adota o FULL IFRS
- Logo, não se aplica para:
 - Médias empresas (NBC TG 1000)
 - Pequenas empresas (NBC TG 1001)
 - Microentidades (NBC TG 1002)
- Por enquanto, não há definições para os conflitos com a Lei das S/As (há um GT do CPC discutindo esse tema)
 - Ver artigo “Desnecessidade de alteração da LSA para adoção do pronunciamento correspondente ao IFRS 18”, de Paulo Cezar Aragão, publicado em 28/7/25

CONSIDERAÇÕES GERAIS DA IAS 1 (CPC 26) Mantidas na IFRS 18 (CPC 51) ou transferidas para a IAS 8 (CPC 23)

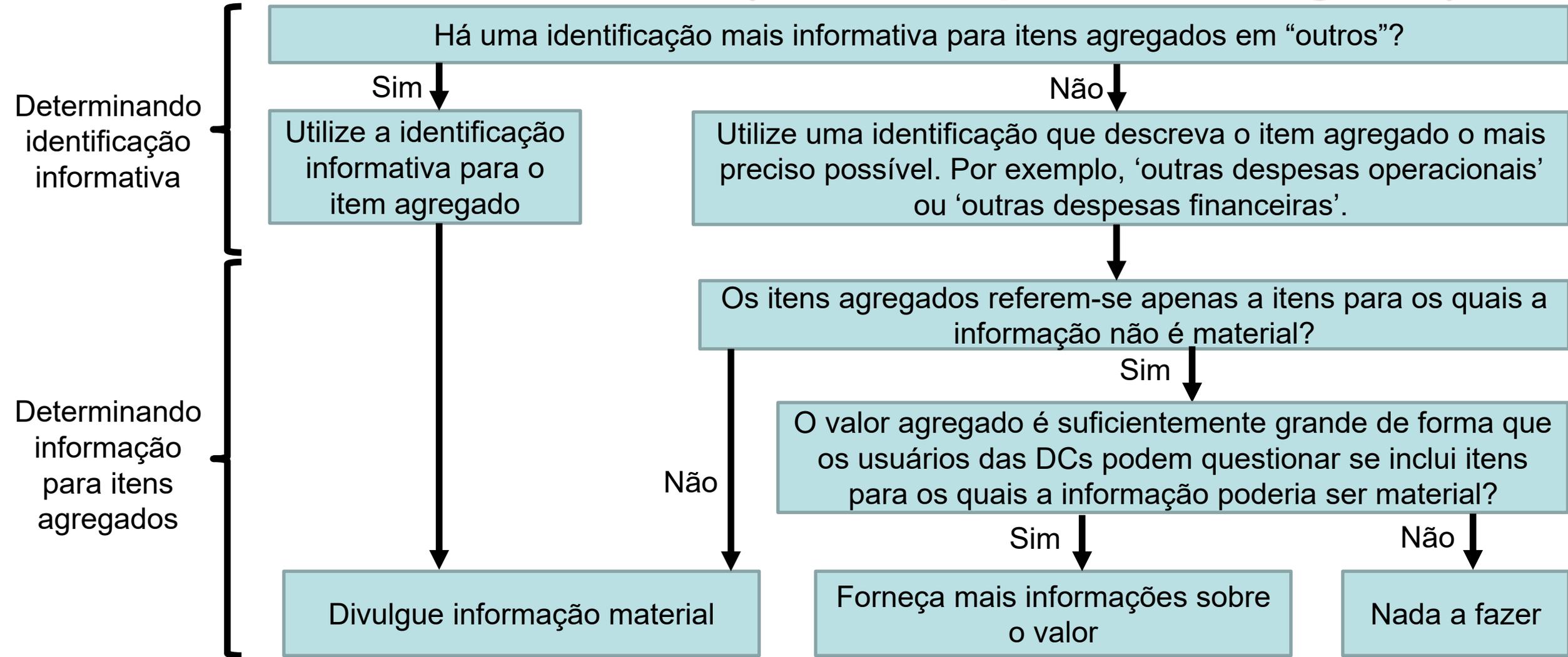
Considerações gerais	IAS 1	IFRS 18
Apresentação Adequada e Conformidade	itens 15-24	transferido para IAS 8 - itens 6A-6J
Continuidade	itens 25-26	transferido para IAS 8 - itens 6K-6L
Regime de Competência	itens 27-28	transferido para IAS 8 - itens 6M-6N
Materialidade e Agregação/Desagregação	itens 29-31	itens 19-20 e 41-43 (atualizado)
Compensação de Valores	itens 32-35	itens 44-45
Frequência de Apresentação das DFs	itens 36-37	item 28-29
Informação Comparativa	itens 38-44	itens 31-40
Consistência de Apresentação	itens 45-46	item 30

Fonte: Salotti, B.M. (2024). **IFRS 18 – a nova norma de apresentação das demonstrações financeiras: principais mudanças, implicações práticas e oportunidades de pesquisa**. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC), 18(3). <https://doi.org/10.17524/repec.v18i3.3583>

PRINCÍPIOS DE AGREGAÇÃO E DESAGREGAÇÃO

- Classificar e agregar ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas ou fluxos de caixa em itens com base em características compartilhadas
- Desagregar itens com base em características que não são compartilhadas
- Garantir que a agregação e a desagregação não oculta informação material
- Desagregar itens sempre que a informação resultante for material
- As descrições devem representar fidedignamente as características do item
- Cuidado com a famosa conta “OUTROS”

DETERMINANDO IDENTIFICAÇÃO (LABEL) E INFORMAÇÃO PARA ITENS AGREGADOS (Fonte: Adaptado do IE Figura 7)



CONJUNTO COMPLETO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS IFRS 18

- Demonstração do Resultado (**grandes mudanças**)
- Demonstração do Resultado Abrangente (mínimas mudanças)
- Balanço Patrimonial (**pequenas mudanças**)
- Demonstração das Mutações do PL (mínimas mudanças)
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (**pequenas mudanças**)
- Notas explicativas (**grandes mudanças**)
 - E a DVA ?

EXEMPLO NUMÉRICO DA NOVA DR (fonte: IE 7)

Empresas em geral

Grupo XYZ – Demonstração do resultado para o ano encerrado em 31/12/20X2

(em milhares de unidades monetárias)

	Nota	20X2	20X1	
Receita		367,000	353,100	
Custo das Vendas	1	(241,600)	(224,100)	
Lucro Bruto		125,400	129,000	
Outras receitas operacionais	2	12,200	4,100	
Despesas de vendas	1	(28,900)	(27,400)	OPERACIONAL
Despesas de pesquisa e desenvolvimento	1, 2	(25,100)	(25,900)	
Despesas gerais e administrativas	1, 2	(20,900)	(22,400)	
Perda por impairment do goowill	1, 2	(4,500)	—	
Outras despesas operacionais		(1,200)	(5,600)	
Lucro operacional	2	57,000	51,800	
Participação no lucro e ganhos na venda de partipação em coligadas e joint ventures	2	5,300	7,300	INVESTIMENTO
Lucro antes da atividade de financiamento e tributos sobre o lucro		62,300	59,100	

EXEMPLO NUMÉRICO DA NOVA DR (fonte: IE 7)

Empresas em geral

Lucro antes da atividade de financiamento e tributos sobre o lucro		<u>62,300</u>	<u>59,100</u>	
Despesas de juros sobre empréstimos e passivos de arrendamento		(13,000)	(13,200)	FINANCIAMENTO
Despesas de juros sobre passivos de aposentadoria e provisões		(6,500)	(6,000)	
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		<u>42,800</u>	<u>39,900</u>	
Despesa de tributos sobre o lucro	2	(10,700)	(9,975)	TRIB. S/ LUCRO
Lucro das operações continuadas	2	<u>32,100</u>	<u>29,925</u>	
Perda das operações descontinuadas		—	(5,500)	OP. DESCONT.
LUCRO LÍQUIDO		<u>32,100</u>	<u>24,425</u>	
Lucro atribuível aos:				
Acionistas controladores		25,680	19,540	
Acionistas não controladores		6,420	4,885	
		<u>32,100</u>	<u>24,425</u>	
Lucro por ação de operações continuadas:				
Básico e diluído		<u>0.67</u>	<u>0.66</u>	
Lucro por ação:				
Básico e diluído		<u>0.67</u>	<u>0.54</u>	

CATEGORIAS DE RECEITAS E DESPESAS NA DR

Empresas em geral – Categoria OPERACIONAL

- Receitas e despesas não classificadas nas outras categorias
 - INVESTIMENTO
 - FINANCIAMENTO
 - TRIBUTOS SOBRE O LUCRO
 - OPERAÇÕES DESCONTINUADAS
- Trata-se de uma categoria residual
- Inclui receitas e despesas não usuais
- FUNDAMENTAL: OBSERVAR O MODELO DE NEGÓCIO

CATEGORIAS DE RECEITAS E DESPESAS NA DR

Empresas em geral – Categoria de INVESTIMENTO

- Receitas e despesas advindas de:
 - Investimentos em coligadas, joint ventures e controladas não consolidadas
 - Caixa e equivalentes de caixa
 - Outros ativos que geram retorno individualmente ou de forma altamente independente de outros recursos da entidade

CATEGORIAS DE RECEITAS E DESPESAS NA DR

Empresas em geral – Categoria de FINANCIAMENTO

- Receitas e despesas advindas de:
 - Passivos que surgem de transações que envolvem apenas a captação de recursos
 - Outros passivos (ou seja, que não envolvem apenas a captação de recursos)

**CUIDADO: NEM TODAS AS RECEITAS E DESPESAS DOS OUTROS PASSIVOS
SERÃO CLASSIFICADAS NA CATEGORIA DE FINANCIAMENTO**

CLASSIFICAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS NA DR

Empresas em geral

- Categoria TRIBUTOS SOBRE O LUCRO (item 67)
 - Receitas e despesas decorrentes da aplicação da IAS 12 (CPC 32 no Brasil)

- Categoria OPERAÇÕES DESCONTINUADAS (item 68)
 - Receitas e despesas decorrentes da aplicação da IFRS 5 (CPC 31 no Brasil)

TOTAIS E SUBTOTAIS

- A entidade deve apresentar totais e subtotais na DR para:
 - Lucro ou prejuízo operacional (resultado da categoria OPERACIONAL)
 - Lucro ou prejuízo antes do financiamento e tributos sobre o lucro (resultado das categorias OPERACIONAL e INVESTIMENTO)
 - Lucro ou prejuízo líquido (resultado de TODAS as categorias)

CATEGORIAS DE RECEITAS E DESPESAS NA DR

Empresas com atividades de negócio especificadas – Categoria OPERACIONAL

- Receitas e despesas tipicamente classificadas como de investimento e de financiamento são operacionais se a entidade possui uma principal atividade de negócio especificada de:
 - investimento em determinados tipos de ativos; ou
 - concessão de financiamento a clientes.
- No entanto, se a atividade principal é de se investir em outras entidades (por exemplo, uma holding) e os investimentos são mantidos ao método de equivalência, estes serão sempre atividades de investimento!

APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS **DESPESAS** CLASSIFICADAS NA CATEGORIA 'OPERACIONAL' (itens 78-85)

- As despesas devem ser apresentadas de modo a fornecerem o resumo estruturado mais útil das despesas, utilizando uma das (ou ambas) seguintes formas:
 - Natureza das despesas
 - Função das despesas dentro da entidade
- Portanto, a forma de apresentação das despesas não é mais uma escolha discricionária da entidade, mas uma constatação em relação a qual modelo melhor atende às necessidades informacionais dos usuários

APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS **DESPESAS** CLASSIFICADAS NA CATEGORIA 'OPERACIONAL' (itens 78-85)

NATUREZA	FUNÇÃO
Receitas (+) Outras receitas (-) Despesas Matéria prima Gastos com pessoal Desp. Depreciação Outras despesas (=) Lucro operacional	Receitas (-) CMV/CPV/CSV (=) Lucro bruto (-) Desp. com vendas (-) Desp. administrativas (-) Outras despesas (+) Outras receitas (=) Lucro operacional

APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS **DESPESAS** CLASSIFICADAS NA CATEGORIA 'OPERACIONAL' (itens 78-85)

- A entidade que apresentar uma ou mais linhas compilando despesas classificadas por função na categoria operacional da DR deve também divulgar em nota:
 - O total de cada uma das seguintes linhas:
 - Depreciação (IAS 16, IAS 40 e IFRS 16)
 - Amortização (IAS 38)
 - Benefícios a empregados (IAS 19 e IFRS 2)
 - Perdas e reversões por impairment (IAS 36)
 - Perdas e reversões de perdas em estoques (IAS 2)

EXEMPLO NUMÉRICO DA NOTA EXPLICATIVA (fonte: IE 7)

Empresas em geral

Nota 1 – Despesas por natureza

A tabela demonstra os totais de depreciação, amortização, benefícios a empregados, perdas por impairment e perdas de estoques e os montantes relativos a cada linha da categoria ‘operacional’ da Demonstração do Resultado do Grupo XYZ.

(em milhares de unidades monetárias)

	20X2	20X1
Depreciação		
Custo das vendas	23,710	21,990
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	2,515	2,590
Despesas gerais e administrativas	4,975	4,750
Total de depreciação	31,200	29,330
Amortização		
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	13,840	12,690
Total de amortização	13,840	12,690

EXEMPLO NUMÉRICO DA NOTA EXPLICATIVA (fonte: IE 7)

Empresas em geral

Benefícios a empregados

Custo das vendas	61,640	57,175
Despesas de vendas	7,515	7,110
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	6,545	6,750
Despesas gerais e administrativas	8,920	5,825
Total de benefícios a empregados	84,620	76,860

Perdas por impairment^(a)

Despesas com pesquisa e desenvolvimento	1,600	1,500
Perda por impairment do goodwill	4,500	—
Total de perdas por impairment	6,100	1,500

Perdas em estoques^(a)

Custo das vendas	2,775	2,625
Total de perdas em estoques	2,775	2,625

(a) Os valores divulgados representam o total de perdas por impairment e reversões de impairment e o total de perdas em estoques e reversões de perdas em estoques.

NOTAS EXPLICATIVAS – ADIÇÃO DAS MEDIDAS DE DESEMPENHO DEFINIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO

- MPMs: *Management-defined Performance Measures* (Medidas de Desempenho definidas pela Administração)
- MPM é um subtotal de receitas e despesas que:
 - A entidade utiliza em comunicações públicas* fora das DCs;
 - A entidade utiliza para comunicar aos usuários das DCs a visão da administração sobre um aspecto do desempenho financeiro **da entidade como um todo**; e
 - Não é exigido para ser apresentado ou divulgado pelas IFRSs/CPCs ou não é listado no item 118 (próximo slide).

* **Incluem** comentários da administração, comunicados de imprensa e apresentação a investidores.

* **Excluem** comunicações orais, transcrições escritas de comunicações orais e postagens em redes sociais.

EXEMPLOS DO QUE NÃO SÃO MPMs (item 118)

- Subtotais de receitas e despesas que não são MPMs:
 - Lucro bruto (e subtotais similares)
 - **Lucro operacional antes de depreciação, amortização e impairment (IAS 36)**
 - Lucro operacional e resultados de investimentos avaliados por MEP
 - Lucro antes dos tributos sobre o lucro
 - Lucro das operações continuadas

RAZÕES DO IASB PARA A LISTA DE EXCLUSÕES (BC362-BC367)

- O propósito e o relacionamento dos totais ou subtotais definidos pelas IFRSs são bem conhecidos ou com frequência já estão apresentados na DRE
 - Logo, na visão do IASB, fornecer divulgações para essas medidas não forneceria informação útil aos usuários
- Destaca-se que o EBIT ou o EBITDA **não foram definidos pela norma** pois não são medidas utilizadas por empresas de alguns segmentos (como bancos e seguradoras) e também não há consenso sobre o que essas medidas representam, além de serem o ponto de partida para diversas análises

NOTAS EXPLICATIVAS – ADIÇÃO DAS MPMs

- Para todas as medidas que atendem à definição de MPM, a entidade deve divulgar em uma nota única:
 - Por que a ADM entende que a MPM fornece informação útil sobre o desempenho financeiro da entidade
 - Como a MPM é calculada
 - Reconciliação entre MPM e o subtotal mais diretamente comparável
 - Efeito de tributos sobre o lucro e critérios de cálculo utilizados
 - Efeitos sobre participação de acionistas não controladores
- Caso haja alterações (mudanças de critério, adições ou cessações), deve-se explicar os motivos e apresentar informação comparativa (a menos que isso seja impraticável)

CÁLCULO DO EFEITO DE TRIBUTOS SOBRE O LUCRO (B141)

- O efeito de tributos sobre o lucro pode ser calculado de 3 formas distintas:
 - Utilizando a alíquota oficial da jurisdição aplicável à(s) transação(ões);
 - Baseando-se em alocação pró-rata **razoável** dos tributos correntes e diferidos da entidade na jurisdição aplicável; ou
 - Utilizando outro método que forneça uma alocação mais apropriada.
- Se a entidade utilizar mais de um método para calcular os efeitos de tributos sobre o lucro de itens conciliados, deve-se divulgar como os efeitos foram determinados para cada item de conciliação.

EXEMPLO DE RECONCILIAÇÃO (fonte: IE 8)

Medidas de desempenho definidas pela administração – 20X2

(em milhares de unidades monetárias)

	IFRS	Perdas por Impairment	Despesas de Reestruturação	Ajustes Ganhos na venda de imobilizado	Medidas de desempenho definidas pela administração
Outras receitas operacionais		—	—	(1,800)	
Despesas com pesquisa e desenvolvimento		1,600	—	—	
Despesas gerais e administrativas		—	3,800	—	
Perdas por impairment do goodwill		4,500	—	—	
Lucro operacional / Lucro operacional ajustado	57,000	6,100	3,800	(1,800)	65,100
Despesa de tributos sobre o lucro		—	(589)	297	
Lucro das operações continuadas / Lucro ajustado das operações continuadas	32,100	6,100	3,211	(1,503)	39,908
Lucro atribuível aos acionistas não controladores		305	161	—	

PARTICULARIDADE DO MERCADO BRASILEIRO

- No Brasil, desde 2012, a CVM implementou diversas exigências para as divulgações voluntárias sobre EBIT e EBITDA (antiga Instrução CVM 529/12, posteriormente substituída pela Resolução CVM 156/22)
- Essa norma exige:
 - Conciliação com as DCs
 - Segregação entre EBIT/EBITDA “puro” e EBIT/EBITDA “ajustado”
 - Que a divulgação seja consistente e comparável e, em caso de mudança, apresentar justificativa e a descrição da mudança
 - **Que a divulgação seja feita fora do conjunto completo das DCs de acordo com o CPC 26**
 - Verificação por parte do auditor independente

PEQUENAS MUDANÇAS NO BALANÇO PATRIMONIAL E NA DFC

- **BP:** *Goodwill* deve ser apresentado como uma específica, separado dos ativos intangíveis
- **DFC:** Lucro operacional passa a ser o ponto de partida para a DFC apresentada pelo método indireto
- **DFC:** juros e dividendos recebidos e pagos deixam de ter opção de apresentação, passando a ser apresentados nas atividades de investimento (juros e dividendos recebidos) e nas atividades de financiamento (juros e dividendos pagos)
- Exceções previstas para entidades cujo negócio principal é específico (deve haver alinhamento entre classificações da DRE e da DFC)

CUSTOS / DESAFIOS DA ADOÇÃO DA IFRS 18 / CPC 51

**Mudanças em
Sistemas e
Planos de
Contas**

**Implementação
de Controles
Internos**

Treinamento

**Maior Tempo
de Preparação
das DFs**

**Custos de
Comunicação
(interna e
externa)**

**Interação com
a Legislação
Societária e
CPCs**



BENEFÍCIOS DA ADOÇÃO DA IFRS 18 / CPC 51

**Aumento da
Qualidade da
Informação
Contábil**

**Melhoria da
Comparabilidade
entre períodos da
mesma empresa**

**Melhoria da
Comparabilidade
entre empresas**

**Aumento da
Transparência**

**Propiciar aos
usuários tomarem
melhores
decisões**



CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Norma procura auxiliar os usuários a tomarem decisões mais informadas
- Mudanças podem parecer simples, mas há muitos detalhes e exceções
- Comecem a análise detalhada da norma o quanto antes!
- Fundamental: exercício de julgamento

REFERÊNCIAS

NORMAS E LEIS

- CPC 26 (R1) – **Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Disponível em www.cpc.org.br
- CPC 51 – **Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (Audiência Pública)**. Disponível em www.cpc.org.br
- Lei n. 6.404/76 – **Lei das Sociedades por Ações**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm
- IAS 1 – **Presentation of Financial Statements**. Disponível em www.ifrs.org
- IFRS 18 – **Presentation and Disclosure of Financial Statements**. Disponível em www.ifrs.org
- OCPC 07 (R1) – **Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral**. Disponível em www.cpc.org.br

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Ambev. Demonstrações Contábeis 2024.
Disponível em <https://ri.ambev.com.br/relatorios-publicacoes/publicacoes-cvm-sec/>
- Heineken. Annual Report 2024.
Disponível em <https://www.theheinekencompany.com/investors/results-reports-webcasts-presentations>

REFERÊNCIAS

LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

- FARAH, P.L.S.; SALOTTI, B.M. (2010). **IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras**. In: EY; FIPECAFI (Ed.). Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus normas brasileiras. 2ª ed. São Paulo: Atlas.
- SALOTTI, B.M.; LIMA, G.A.S.F.; MURCIA, F.D., MALACRIDA, M.J.C.; PIMENTEL, R.C. (2019). **Contabilidade Financeira**. São Paulo: Atlas.
- SALOTTI, B. M.; CARVALHO, N.; MURCIA, F. D.R. (2015). **Convergência da contabilidade brasileira às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS): retrospectiva histórica e desafios para o futuro**. In: SALOTTI, B. M. et al. (Ed.). IFRS no Brasil: temas avançados abordados por meio de casos reais. São Paulo: Atlas.
- SALOTTI, B. M.; CARVALHO, N. (2015). **Convergence of Accounting Standards towards IFRS in Brazil**. In: LOURENÇO, I.; MAJOR, M. (Ed.). Standardization of Financial Reporting and Accounting in Latin American Countries. IGI Global.
- SANTOS, A.; IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E.R. (2022). **Manual de Contabilidade Societária**. 4ª ed. São Paulo: Atlas.
- SANTOS, A.; IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E.R. (2022). **Manual Prático de Contabilidade Societária**. São Paulo: Atlas.

REFERÊNCIAS

PAPERS SOBRE O TEMA

- LIBBY, R.; BROWN, T. (2013). **Financial Statement Disaggregation Decisions and Auditors' Tolerance for Misstatement**. *The Accounting Review*, 88(2), 641–665.
- LIVNE, G.; MCNICHOLS, M. (2009). **An Empirical Investigation of the True and Fair Override in the United Kingdom**. *Journal of Business Finance & Accounting*, 36(1–2), 1–30.
- LOPES, A. I.; LOURENÇO, I., SOLIMAN, M. (2013). **Do alternative methods of reporting non-controlling interests really matter?** *Australian Journal of Management*, 38(1), 7–30.
- MECHELLI, A.; CIMINI, R. (2014). **Is Comprehensive Income Value Relevant and Does Location Matter? A European Study**. *Accounting in Europe*, 11(1), 59–87.
- NOBES, C.; PERRAMON, J. (2013). **Firm Size and National Profiles of IFRS Policy Choice**. *Australian Accounting Review*, 23(3), 208–215.
- RIEDL, E. J., & SRINIVASAN, S. (2010). **Signaling Firm Performance Through Financial Statement Presentation: An Analysis Using Special Items**. *Contemporary Accounting Research*, 27(1), 289–332.
- SALOTTI, B.M. (2024). **IFRS 18 – a nova norma de apresentação das demonstrações financeiras: principais mudanças, implicações práticas e oportunidades de pesquisa**. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 18(3), 427-436.

OBRIGADO!



Prof. Bruno Meirelles Salotti (brunofea@usp.br)

Prof. Patrick Matos (patrick.matos@fipecafi.edu.br)